

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer
relativa a anúncio e assinaturas do «Diário
da República», deve ser dirigida à Imprensa
Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de
Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306,
www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.:
«Imprensa».

- 79.91 -43	ASSINATURA
	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.º série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 158/15:

Aprova a abertura do crédito adicional no montante de AKz: 6.679.490.366,00, para o pagamento de despesas relacionadas com o pagamento de contratos assinados com a Empresa ANTEX.

Carta de Adesão n.º 1/15:

Aprova para Adesão da República de Angola, a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenagem de Armas Bacteriológicas (biológicas) e Tóxicas e sua Distribuição «BWC», através da Resolução n.º 11/15, de 17 de Junho.

Carta de Adesão n.º 2/15:

Aprova para Adesão da República de Angola, a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenagem de Armas Químicas e sobre a sua Destruição «CWC», através da Resolução n.º 12/15, de 17 de Junho.

Ministérios do Interior e das Finanças

Decreto Executivo Conjunto n.º 512/15:

Regula as taxas, bem como os procedimentos a adoptar para o seu pagamento, em função dos serviços prestados pelo Ministério do Interior, através da Direcção Nacional de Viação e Trânsito. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, especialmente, o Decreto Executivo Conjunto n.º 55/99, de 16 de Abril.

Ministérios da Administração do Território e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 513/15:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, denominada «11 de Novembro», sita no Município de Nharêa, Província do Bié, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 514/15:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, denominada «Soba Nguali», sita no Município do Chinguar, Província do Bié, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 515/15:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, denominada «Escola de Formação de Professores do Andulo», sita no Município do Andulo, Província do Bié, com 12 salas de aulas, 24 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 516/15:

Cria a Escola do I Ciclo do Ensino Secundário n.º 2024-27 de Março, situada no Município do Lobito, Província de Benguela, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 247/15:

Subdelega plenos poderes a Sílvio Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para representar este Ministério na outorga do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação do Complexo Administrativo Clássicos do Talatona Fase I, com a empresa SG2i — Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, Limitada, sita na Via S8, Lote 9C 1.º Andar, Urbanização de Talatona.

Despacho n.º 248/15

Subdelega plenos poderes a Américo Miguel da Costa, Secretário Geral do Ministério das Finanças, para representar este Ministério na assinatura do Contrato de Subscrição para Acesso a Base de Dados Bankscope com a Bureau Van Dijk Electronic Publishing, Lda., sociedade unipessoal, com sede na Avenida João Crisóstomo, 30-5.º CP. 1050-127, Lisboa - Portugal.

Despacho n.º 249/15:

Autoriza a desvinculação e alienação do imóvel vinculado, sito na Rua Conselheiro Aires D'Ornelas, n.º 5-A R/C e 1.º Andar, Bairro Patrice Lumumba, Ingombota, Luanda e subdelega plenos poderes a Sílvio Franco Burity, Coordenador da Comissão Multissectorial para Desvinculação e Venda de Imóveis Vinculados (CMDVIV), para em representação deste Ministério, outorgar a escritura pública referente ao imóvel vinculado.

Despacho n.º 250/15:

Autoriza a desvinculação e alienação do imóvel vinculado, localizado na Travessa do Kinaxixi n.º 3-Bairro Patrice Lumumba e subdelega plenos poderes a Sílvio Franco Burity, Coordenador da Comissão Multissectorial para a Desvinculação e Venda de Imóveis Vinculados (CMDVIV), para em representação deste Ministério, outorgar o Contrato-Promessa de Compra e Venda e a escritura pública referente ao imóvel vinculado.

Despacho n.º 251/15:

Fixa a subvenção mensal vitalícia de Cristiano Augusto André, Ex Juiz Presidente do Tribunal Supremo, em 80% do salário-base, que corresponde ao montante de Kz: 447.469, 40.

Ministério da Agricultura

· Subdelega plenos poderes a Joaquim Duarte José Gomes, Director do Despacho n.º 252/15: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, para representar este Ministério na assinatura do Contrato de Concepção e Elaboração do Plano de Apoio à Produção do Milho e Trigo a celebrar com a Empresa Austral.Com., Limitada.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 158/15 de 17 de Agosto

Havendo necessidade de se proceder à autorização de crédito adicional no Orçamento Geral do Estado 2015, para o Ministério da Saúde, para o suporte de despesas relacionadas com os contratos assinados com a Empresa ANTEX;

Tendo em conta que a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei--Quadro do Orçamento Geral do Estado, estabelece no n.º 1 do seu artigo 27.º que os créditos suplementares autorizados por lei são abertos por Decreto Presidencial;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de abertura de crédito adicional suplementar)

É aprovada a abertura do crédito adicional no montante de AKz: 6.679.490.366,00 (seis mil milhões, seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa mil, trezentos e sessenta e seis Kwanzas), para o pagamento de despesas relacionadas com o pagamento de contratos assinados com a Empresa ANTEX.

ARTIGO 2.º (Inscrição da Dotação Orçamental)

O crédito adicional aberto nos termos do artigo 1.º do presente Diploma é afecto à Unidade Orçamental — Ministério da Saúde.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2015.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Carta de Adesão n.º 1/15 de 17 de Agosto

Eu, José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola;

Faço saber que:

A Assembleia Nacional, em conformidade com a alíne do artigo 161.º e a alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos Constituição da República de Angola, Aprovou para Ades da República de Angola, a Convenção sobre a Proibig do Desenvolvimento, Produção e Armazenagem de Am Bacteriológicas (biológicas) e Tóxicas e sua Distribuid «BWC», através da Resolução n.º 11/15, de 17 de Junho,

Dando cumprimento às formalidades legais necessain para a sua adesão;

Nos termos da alínea c) do artigo 121.º da Constituição República de Angola, e do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 411 de 14 de Janeiro;

Dou-a por firme e válida e garanto que será rigoros mente observada.

Em testemunho de que, mando passar a presente Cata que vai por mim assinada e autenticada com o selo brand da República de Angola.

Feita em Luanda, aos 11 de Agosto de 2015.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Carta de Adesão n.º 2/15 de 17 de Agosto

Eu, José Eduardo dos Santos, Presidente da Repúblia de Angola;

Faço saber que:

A Assembleia Nacional, em conformidade com a alínea k) artigo 161.º e a alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos Constituição da República de Angola, Aprovou para Ades da República de Angola, a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenagem de Arma Químicas e sobre a sua Destruição «CWC», através Resolução n.º 12/15, de 17 de Junho.

Dando cumprimento às formalidades legais necessáno para a sua adesão;

Nos termos da alínea c) do artigo 121.º da Constituição da República de Angola, e do n.º 1 do artigo 17.º da Lel n.º 4/11, de 14 de Janeiro;

Dou-a por firme e válida e garanto que será rigorosa mente observada.

Em testemunho de que, mando passar a presente Carta que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco da República de Angola.

Feita em Luanda, aos 11 de Agosto de 2015.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

MINISTÉRIOS DO INTERIOR E DAS FINANÇAS

Decreto Executivo Conjunto n.º 512/15 de 17 de Agosto

Considerando que a Direcção Nacional de Viação e Trânsito do Comando Geral da Polícia Nacional, no exercício das tarefas a si incumbidas, contribui para a arrecadação de receitas para o Estado, por via de cobrança de emolumentos e taxas aplicáveis nos termos da lei, assim como de multas previstas no Código de Estrada;

Havendo necessidade de se actualizar a tabela de emolumentos e taxas previstas no Decreto Executivo Conjunto n.º 55/99, de 16 de Abril, relativas à matrícula, inspecção inicial e extraordinária de veículos, transmissão de propriedade, exames para condutores, carta de condução, substituição de carta de condução, troca de carta de condução estrangeira ou de carta militar e confirmação da sua autenticidade;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 7/11, de 16 de Fevereiro, bem como o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Diploma visa regular as taxas, bem como os procedimentos a adoptar para o seu pagamento, em função dos serviços prestados pelo Ministério do Interior, através da Direcção Nacional de Viação e Trânsito.

ARTIGO 2.º (Incidência)

As taxas a cobrar pela Direcção Nacional de Viação e Trânsito incidem sobre os serviços prestados e a atribuição de documentos seguintes:

- a) Emissão da matrícula de automóveis ligeiros, pesados, tractores, reboque, motociclos, ciclomotores;
- b) Emissão da matrícula em trânsito;
- c) Inspecção inicial de automóveis ligeiros, pesados, tractores, reboque, motociclos, ciclomotores;
- d) Aplicação selo de inspecção inicial, táxi, veículo instrução de auto;
- e) Emissão de guia de apresentação à Conservatória do Registo Automóvel;
- f) Emissão de livrete e cédula de segurança;
- g) Deslocação de inspecção extraordinária;
- h) Realização inspecção extraordinária fora do prazo estabelecido por lei;
- i) Deslocação de avaliação de viatura ou abate;
- j) Transmissão de propriedade de atrelados, reboque, motores de substituição de livrete, duplicado de livrete, peritagem, peritagens de recurso e certidão do relatório dos peritos, quando solicitada por entidade diferente da que solicitou o parecer técnico;
- k) Emissão de licença para veículos de instrução de motociclos, viaturas ligeiras, pesadas, certidão por cada lauda e averbamento diversos;

- Realização de exame para condutores de motociclos, ligeiros amadores, pesados amadores, ligeiros profissionais, pesados profissionais;
- m) Emissão da carta de condução;
- n) Alteração de nome na carta de condução;
- o) Realização de exame para instrutores;
- p) Avaliação de escola de condução para aquisição de licença;
- q) Averbamento de serviços públicos;
- r) Mudança de residência na carta de condução;
- s) Substituição de carta de condução em mau estado de conservação;
- t) Troca de carta de condução estrangeira;
- u) Troca de carta militar;
- v) Renovação da carta de condução;
- w) Emissão de licença de aprendizagem;
- x) Emissão de carta e cédula de segurança;
- y) Formulário para carta de condução, livrete e semi-reboque;
- z) Realização de inspecção para licença de táxi;
- aa) Realização de inspecção para licença de aluguer de pesados;
- bb) Realização de 2.ª via da guia para à Conservatória do Registo Automóvel.

ARTIGO 3.° (Incidência subjectiva)

- 1. Para o efeito do presente Diploma, o Ministério do Interior é o sujeito activo da relação jurídico-tributária ao qual cabe o beneficio da prestação pecuniária.
- 2. São sujeitos passivos da relação jurídico-tributária todos as pessoas singulares, colectivas ou outras entidades que solicitem serviços prestados pela Direcção Nacional de Viação e Trânsito.
- 3. Estão isentos do pagamento das taxas os automóveis que pertençam ao Estado, institutos públicos, fundações e associações de utilidade pública.

ARTIGO 4.° (Valor das taxas)

- 1. O valor das taxas devidas pelos serviços previstos no artigo 2.º é o constante da tabela em anexo ao presente Diploma e do qual faz parte integrante.
- 2. A taxa de urgência a pagar por qualquer acto ou serviços mencionado no artigo 2.º corresponde a 50%, (cinquenta por cento) que é adicionado ao valor base da taxa correspondente.

ARTIGO 5.º (Liquidação das taxas)

A liquidação das taxas processa-se mediante a apresentação de uma nota de liquidação oficiosa emitida pela Direcção Nacional de Viação e Trânsito, cabendo ao sujeito passivo proceder ao respectivo pagamento junto da Repartição ou Posto Fiscal.

ARTIGO 6.º (Pagamento das taxas)

 O pagamento das taxas referidas no artigo 4.º efectua-se por meio de depósito ou transferência bancária, dentro do prazo de 15 dias, contados da data em que se solicita a prática do acto, sendo admissível o pagamento em prestações.

2. A totalidade da receita resultante da cobrança das taxas dá entrada na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), sob a rubrica orçamental «Emolumentos e Taxas».

ARTIGO 7.º (Afectação)

Os valores arrecadados constituem receita do Orçamento Geral do Estado, dos quais 40% correspondem a dotação orçamental que será atribuída por transferência ao Ministério do Interior.

ARTIGO 8.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, especialmente o Decreto Executivo Conjunto n.º 55/99, de 16 de Abril.

ARTIGO 9.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo Conjunto são resolvidas pelos Ministros das Finanças e do Interior.

ARTIGO 10.º (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Junho de 2015.

- O Ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares.
- O Ministro das Finanças, Armando Manuel.

Tabela de Taxas a que se refere o artigo 4.º do Decreto Executivo Conjunto que o antecede.

1	Matrículas, Inspecção Inicial, Livrete de Circulação:	1 2 2 23
a) .	Automôveis ligeiros	
	Inspecção inicial de ligeiros	300,00
	Automóveis pesados, tractores e reboques	750,00
d)	Inspecção Inicial de pesados e tractores	350,00
e)	Inspecção inicial de sel-	.00,001.
n	Inspecção inicial de reboques e semi-reboques Motociclos e ciclomotores	2.750,00
		880,00
h)	Inspecção inicial de ciclomotores	1.375,00
i)	Matrícula em tránsito	1.150,00
	Selo de inspecção (inicial, táxi, veículo de condução)	1.300,0
j)	Guia de apresentação à Conservatória de Registo de Proprie- dade Automóveis.	500,0
k)	Livrete e cédula de segurança	6.250,0
2 a)	Sobretaxas de Inspecção Extraordinária, quando não reali- zadas junto dos Serviços de Viação e Trânsito; Automóveis ligeiros	, Car
b)	Automóveis pesados, tractores e reboques	700,0
(c)	Motores, ciclomotores e reboques	700,0
d	Deslocação extraordinária	450,0
10	The state of the s	1.320,00
11	Deslocação de avaliação de viatura ou abate	1.500,00
	- An angle	1.500,00

	_		eso do Propriedade	
3	_		são de Propriedade	
a)	_	relados		700 M
b)		boque		700/4
c)			de substituição	700 _{,01}
d)			ção de livrete	880 _M
e)	D	uplica	ão de livrete	1.250,0
î)	P	eritage	m	1760,00
g)	P	eritage	ns de recurso	2.640,0
h)	S	Certidă olicito	o relativo peritos quando solicitado por entidade da que u o parecer técnico	1.300,00
i)	į	Livrete	e cédula de segurança	6.250,00
100	1	h ()	great to a document	
3.1		Licenç	a para Veículos de Instrução	
a)	T	Licenç	a para motociclos	1.760,00
b)	1	Licenç	a para viaturas ligeiras	3.080,00
c)	-	Licen	ga para viaturas pesadas	4.400,00
ď	,	Certid	ão de laudo	170,06
e	-	Aver	pamentos diversos	1.400,00
16.71		22		1.
4	1	tuiçã	nes para Condutores, Cartas de Condução, Substi- o de Cartas, Trocas de Cartas Estrangeira e Militar, nticidades	1.200
a	1)	Exan	nes de motociclos	1.300,00
t)	Ехап	ne ligeiro amador	2.000,00
Ļ	2)	Exar	ne para pesado amador	3.500,00
1	d)	Exa	me ligeiro profissional	2.800,00
_	e)	Exa	me pesado profissional	4.000,00
	ſ)	Alto	eração de nome na carta de condução	1.000,00
	g)	Exa	me para instrutor	4.400,00
	h)	Ava	aliação de escola de condução para aquisição de licença	7.000,0
	i)	Av	erbamento de serviços públicos	2.200,0
	j)	Lie	cença de instrutor auto	4.000,0
1	k)) Li	cença de Director da Escola de Condução	4.400,
	1)	Li	cença de Subdirector da Escola de Condução	4.000
١	m	n) N	ludança de residência na carta de condução	500
	1	n) \ S	Substituição de carta em mau estado de conservação	880
	1	0)	Duplicação da carta	1.408
1	-	P)	Troca de carta estrangeira	2.640
1	+	q)	Troca de carta militar	1.408
7		r)	Renovação de carta	880
0	Ì	s)	Licença de aprendizagem	1.320
00	9	1)	Carta e cédula de segurança	6.250
00		-	and the second of the second of the second	0.230
		5	Outros Registos	
		a)	Formulários de carta, livrete e semi-reboque	
00		b) .	ordanas de seguranças (carta, livratos	350,
0	-	c)	- Sectiva de lavi ligat-	6.250,
0	-	d)	Inspecção para licença de aluguer de pesado 2.º Via da min	2.750,
		e)	2.ª Via da guia para a Conservatória do Registo Automóvel Ministro de L	4.100.
		Vi.	Ministro do Interior, Ângelo de Royana V	500,

lo Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares. O Ministro das Finanças, Armando Manuel.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo Conjunto n.º 513/15 de 17 de Agosto

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimento de elaboração, gestão e controlo do quadro de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

- 1. É criada a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, denominada 11 de Novembro, sita no Município de Nharêa, Província do Bié, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 1.296 alunos.
- 2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Agosto de 2015.

- O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.
 - O Ministro da Educação, Pinda Simão.

MODELO PARA A CRIAÇÃO/ LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA

Dados sobre a Escola

Província: Bié.

Município: Nharêa.

Escola: 11 de Novembro.

Nível de Ensino: Il Ciclo do Ensino Secundário. Classes que lecciona: 10.ª, 11.ª e 12.ª Classes.

Zona geográfica/Quadro domiciliar: Urbana.

N.º de salas de aulas: 12; N.º de turmas: 36; N.º turnos 3.

N.º de alunos/Sala: 36; Total de alunos 1296.

ll Quadro de Pessoal

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo (c)
1	Director
2	Subdirector
27	Coordenador
2	Chefe de Secretaria
129	Pessoal Docente
7	Pessoal Administrativo
10	Pessoal Auxiliar
10	Pessoal Operário
Total de trabalhadores 188	

Quadro de Pessoal Docente

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
	Director	1
Direcção	Subdirector Pedagógico	-1
۵	Subdirector Administrativo	i
1 - 2 77	Coordenador de Turno	- 1
	Coordenador de Curso	4
	Coordenador de Desporto Escolar	1
Chefia	Coordenador de Círculos de Interesse	- 1
	Coordenador Psico-Pedagógico	2
	Coordenador de Disciplina	- 18 -
	Chefe de Secretaria	2
.0	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	5
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	10
cundár	Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	15
isino Sec nado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	16
lo do Ensino Diplomado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	18
lo II Cic	Prof. do 11 Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	20
fessor d	Prof. do 11 Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	20
Pro	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	25
oui	Prof. do I Cíclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
lo Ensino mado	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escalão	
Siclo d Diplo	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
Professor do I Cíclo do En: Secundário Diplomado	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escalão	
Secui	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escalão	* 4
Pro	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
0	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1,º Escalão	
rimári	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão	
sino P	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	-, 4
do En	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão	- 9
Professor do Ensino Primário	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5.º Escalão	-032-201
Pro	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 6.º Escalão	
- 3	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão	125
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão	1 1/4
sino P liar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 3.º Escalão	. 4.
do Ensin Auxilia	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	
ofessor	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	. 12
Pro	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6,º Escalão	er Lees

Quadro de Pessoal Administrativo

rupo de	Qı	gadro de Pessoal Administration	Lugares Criados	Ao a
Pessoal	-	sor Principal	100	de Edu
190		iro Assessor		Presider
Pessonl Técnico Superior				e proce
Téc	Asses	co Superior Principal		⊣ -
Sur	Tecni	co Superior Principal de 1.º Classe		de pess
Pe	Tecni	co Superior Principal de 2.º Classe		Em
			77	da Rep
in the second		rialista Principal		Repúb
		rialista de 1.º Classe		artigo
Pessoal Técnico	1	cialista de 2.º Classe		deterr
Pes Téc	_	ico de 1.º Classe		1.
	_	ico de 2.º Classe		
	1	nico de 3.º Classe		deno
alo di	_	nico Médio Principal de 1.º Classe		Prov
Σ		nico Médio Principal de 2.º Classe		com
nico	Téc	nico Médio Principal de 3.ª Classe		
Pessoal Técnico Médio	Téc	nico Médio de 1.º Classe		con
sson	Téc	nico Médio de 2.º Classe	2 M (8/7)	Con
Pe	Té	enico Médio de 3.º Classe		2.5.
o,	Of	icial Administrativo Principal		10
tratt	1.9	Oficial Administrativo	5-17-17	1
sluju	2.	Oficial Administrativo	77-9	1
Adr	3.	Oficial Administrativo		1 Se
Pessoal Administrativo	A	spirante		1 30
P.	F	scriturário-Dactilógrafo	3 4 4	2
_ 8	_	Tesoureiro Principal		
Pesson	onic .	Tesoureiro Principal de 1.º Classe		
a,	S	Tesoureiro Principal de 2.º Classe		
		Motorista de Pesados Principal		
-		Motorista de Pesados de 1.º Classe	1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1	
1 19	1	Motorista de Pesados de 2.º Classe	ALL STREET	
		Motorista de Ligeiros Principal		
		Motorista de Ligeiros de 1.º Classe		1-,-
		Motorista de Ligeiros de 2.º Classe	11.00	1
1 ,	= =	Telefonista Principal		1
	Pessoai Auxiliar	Telefonista de 1.º Classe		
1	₹ ₹	Telefonista de 2.ª Classe	A STATE OF SEA	
		Auxiliar Administrativo Principal	20 1 1 1	
		Auxiliar Administrativo de 1.º Classe		-+
1		Auxiliar Administrativo de 2.º Class		
1		Auxiliar de Limpeza Principal	~	- \ 2
1		Auxiliar Limpeza de 1.º Classe		2
1		Auxiliar Limpeza de 2.º Classe		4
1	- · ·			1
1	Pessoal	Operário Qualificado de 1.º Clas Operário Qualificado de 1.º Clas	se	2
	3	Operário Qualificado de 2.º Clas		2
			X Y SON OR	
	Pessoal	Encarregado Operário não Qualificado de 1 Operário não Qualificado de 1	* Clare:	5 07
	1 2	Operation and Qualificado de I	-	275, 3444 . 2
	-	50 Operário não Qualificado de	2.º Classe	2

O Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa Baltazar Diogo.

O Ministro da Educação, Pinda Simão.

Decreto Executivo Conjunto n.º 514/15 de 17 de Agosto

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei nº la de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sisa de Educação, conjugado com as disposições do Detro Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condiça e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos qua de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Preside da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição República de Angola, e de acordo com o estipulado no nº 4 artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevent determina-se:

1. É criada a Escola do II Ciclo do Ensino Secundade denominada «Soba Nguali», sita no Município do Chinga Província do Bié, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turmas, 3 turmas, 36 alunos por sala e capacidade para 1.296 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora crial constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executa Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Agosto de 2015.

O Ministro da Administração do Território, Bornilos Sousa Baltazar Diogo.

O Ministro da Educação, Pinda Simão.

MODELO PARA CRIAÇÃO/ LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA

Dados sobre a Escola

Provincia: Bié.

Município: Chinguar.

Escola: Soba Nguali.

Nível de Ensino: Il Ciclo do Ensino Secundário.

Classes que lecciona: 10.a, 11.a e 12.a Classes.

Zona geográfica/quadro domiciliar: urbana.

N.º de salas de aulas: 12; N.º de turmas: 36; N.º de turmos: N.º de alunos/sala: 36; Total de alunos: 1.296.

ll Quadro de Pessoal

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo
1 through	Director
2	Subdirector
27	Coordenador
2	Chefe de Secretaria
129	Pessoal Docente
7	Pessoal Administrativo
10	Pessoal Auxiliar
10	
otal de trabalhadores 188	Pessoal Operário

Quadro de Pessoal Docente

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
	Director	1
Direcção	Subdirector Pedagógico	1
Ö	Subdirector Administrativo	1
	Coordenador de Turno	1
	Coordenador de Curso	4
1	Coordenador de Desporto Escolar	1
Chefia	Coordenador de Círculos de Interesse	1
0	Coordenador Psico-Pedagógico	2
7	Coordenador de Disciplina	18
	Chefe de Secretaria	2
oib	Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	5
o e Mé	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	10
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	15
do Ensino Se Diplomado	Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	16
olo do E Diplo	Prof. do 11 Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	18
10 II Cic	Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	20
fessor c	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	20
Pro	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	25
2	Prof. do 1 Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
lo do Ensino iplomado	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escalão	. 15
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
Professor do I Cic Secundário Di	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escalão	4 3
Secun	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escalão	
Pro	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
٥	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1.º Escalão	1 3
rimári	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão	
sino P	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	-3.1
Professor do Ensino Primário	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão	
fessor	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5,º Escalão	
Pro	Prof. do Ens .Prim. Diplomado do 6.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão	
rimári	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão	1
sino P liar	Prof. do Ens. Prim, Auxiliar do 3.º Escalão	9 2
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	3- In
rofesso	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	
ā.	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6.º Escalão	

Quadro de Pessoal Administrativo

Grupo de Pessoai	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Alloyd	Assessor Principal	d 31_11
nico	Primeiro Assessor	Server - Person
l Téc seriol	Assessor	5.4
Pessoal Técnico Superior	Téc. Superior Principal	1 10
9	Téc. Superior Principal de 1.º Classe	1 300
20	Téc. Superior Principal de 2.ª Classe	
	Especialista Principal	4 20
nico	Especialista de 1.º Classe	A) a
Pessoal Técnico	Especialista de 2.ª Classe	ger a
ssoa	Téc. de 1.ª Classe	
<u>ч</u>	Téc. de 2.ª Classe	
10 11 11	Téc. de 3.ª Classe	3 3 3 3 2
ops	Téc. Médio Principal de 1.º Classe	3 6.3
Ψ̈́	Téc. Médio Principal de 2.º Classe	5 X X
cmic	Téc. Médio Principal de 3.º Classe	
Pessoal Técnico Médio	Téc. Médio de 1.º Classe	1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -
esso	Téc. Médio de 2.º Classe	, 1 T
	Téc. Médio de 3.º Classe	atticate through
<u>i,</u>	Oficial Administrativo Principal	1
istrat	1.º Oficial Administrativo	i
Pessoal Administrativo	2.° Oficial Administrativo	1
al Ad	3.º Oficial Administrativo	1
ossa	Aspirante	1.
<u>a</u>	Escriturário-Dactilógrafo	2
al eiro	Tesoureiro Principal	
Pessoal Tesoureiro	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	2
	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	100
	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.º Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	1
L.	Motorista de Ligeiros de 2.º Classe	1
N. J. Ba	Telefonista Principal	
l Au	Telefonista de 1.ª Classe	
Pessoal Auxiliar	Telefonista de 2.ª Classe	
9	Auxiliar Administrativo Principal	71 513
	Auxiliar Administrativo de 1.º Classe	voor es for
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal	2
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	2
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	4
	Encarregado	1
Pessoal Operário Qualificado		2
Pes: Opei ualif	Operario Qualificado de 1.º Classe	
- 0	Operário Qualificado de 2.ª Classe	2
ıl não ido	Encarregado	<u>≤</u> 1
Pessoal Operário não Qualificado	Operário não Qualificado de 1.º Classe	2
Pe per Qual	Operario não Qualificado de 2.º Classe	2

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, Pinda Simão.

Decreto Executivo Conjunto n.º 515/15 de 17 de Agosto

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. É criada a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário, denominada «Escola de Formação de Professores do Andulo», sita no Município do Andulo, Província do Bié, com 12 salas de aulas, 24 turmas, 2 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 864 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Agosto de 2015.

O Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa Baltazar Diogo.

O Ministro da Educação, Pinda Simão.

MODELO PARA CRIAÇÃO/ LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA

Dados sobre a Escola

Província: Bié.

Município: Andulo.

Escola: Escola de Formação de Professores do Andulo.

Nível de Ensino: Il Ciclo do Ensino Secundário. Classes que lecciona: 10.2, 11.2, 12.2 e 13.2 Classes.

Zona geográfica/quadro domiciliar: urbana.

N.º de salas de aulas: 12; N.º de turmas: 24; N.º de turnos: 2. N.º de alunos/sala: 36; Total de alunos: 864.

H Quadro de Pessoal

	- 400041
Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo
	Director
2	Subdirector
30	Coordenador
2	Chefe de Secretaria
124	Pessoal Docente
8	Pessoal Administrativo
10	Pessoal Auxiliar
10	
Total de trabalhadores	Pessoal Operário

Quadro de Pessoal Docente

upo de essoal		Categoria/Cargo	Crist
0.00	Di	rector Salar days and the salar sector secto	1
Direcção		bdirector Pedagógico	\ -
Ö	Su	abdirector Administrativo	·
200	C	oordenador de Turno	
	c	oordenador de Curso	
	C	oordenador de Desporto Escolar	
Chefia	C	Coordenador de Círculos de Interesse	
0	0	Coordenador Psico-Pedagógico	1
	1	Coordenador de Disciplina	23
	1	Chefe de Secretaria	2
oib		Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	2
Professor do II Cielo do Ensino Secundário e Médio Diplomado		Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	8
cundár		Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	1
nsino Se nado		Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	1
lo do Ensino Diplomado		Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	
o II Cie		Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	
fessor d		Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	
Pro		Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	
our		Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
do Ens	Secundario Dipromeso	Prof. do l Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escalão	
Ciclo	adio c	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
or do l	ungari	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escalão	
Professor do 1 Ciclo do Ensino	Nec O	Prof. do l Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escalão	
Д.		Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
9		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1.º Escalão	
\ ;	EF.	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão	
	Ensin	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	+
	sor do	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão	+
	Professor do Ensino Primario	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5.º Escalão	+
-		Prof. do Ens .Prim. Diplomado do 6.º Escalão	+
	ri.	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão	+
	Prims	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão	+
1;	do Ensino Auxiliar	Prof. do Ens. Prim, Auxiliar do 3.º Escalão	+
1	Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	-
Tofess		Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	
4		Prof. do Ens. Prim	1
		Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6,º Escalão	1

Quadro de Pessoal Administrativo

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
	Assessor Principal	
Pessoal Técnico Superior	Primeiro Assessor	
Técr erior	Assessor	
Soal	Téc. Superior Principal	
Pe	Téc. Superior Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Superior Principal de 2.º Classe	
	Especialista Principal	
Pessoal Técnico	Especialista de 1.º Classe	
	Especialista de 2,ª Classe	
	Téc. de 1.ª Classe	
	Téc. de 2.º Classe	
	Téc. de 3.ª Classe	
oib	Téc. Médio Principal de 1.ª Classe	
. Mė	Téc. Médio Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Técnico Médio	Téc. Médio Principal de 3.º Classo	
ıl Té	Téc. Médio de 1.º Classe	
SSSS	Téc. Médio de 2.ª Classe	
<u>م</u>	Téc. Médio de 3.º Classe	- 1
ivo	Oficial Administrativo Principal	1.
strati	1.º Oficial Administrativo	1
mini	2.º Oficial Administrativo	- 1
l Ad	3.º Oficial Administrativo	1
Pessoal Administrativo	Aspirante	1
Pe	Escriturário-Dactilógrafo	2
al iiro	Tesoureiro Princípal	1 2 40
Pessoal Tesoureiro	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
Tes	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	4 7
	Motorista de Pesados Principal	-
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	1
_	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	1
xilia	Telefonista Principal	
l Au	Telefonista de 1.º Classe	- 43.57
Pessoal Auxiliar	Telefonista de 2.ª Classe	0.08
Pe	Auxiliar Administrativo Principal	3
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
7.3	Auxiliar Administrativo de 2.º Classe	
14	Auxiliar de Limpeza Principal	2
	Auxiliar de Limpeza de 1.º Classe	2
samili e j	Auxiliar de Limpeza de 2.º Classe	4
	Encarregado	
Operário Qualificado		2
Opei 'ualii	Operário Qualificado de 1.ª Classe	
	Operário Qualificado de 2.º Classe	2
não rdo	Encarregado	L
ressoar Operário não Qualificado	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	2
රීරි	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	- 2

O Ministro da Administração do Território, Bornito de Jousa Baltazar Diogo.

O Ministro da Educação, Pinda Simão. ab obvinim O

Decreto Executivo Conjunto n.º 516/15 de 17 de Agosto

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimento de elaboração, gestão e controlo do quadro de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

- 1. É criada a Escola do I Ciclo do Ensino Secundário, n.º 2024-27 de Março, situada no Município do Lobito, Província de Benguela, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turnos, com 36 alunos por sala e capacidade para 1.296 alunos.
- 2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Março de 2015.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, Pinda Simão.

MODELO PARA A CRIAÇÃO/ LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA

Dados sobre a Escola

Província: Benguela.

Município: Lobito.

Escola n.º 2024-27 de Março.

Nível de Ensino: II Ciclo do Ensino Secundário.

Classes que lecciona: 7.a, 8.a e 9.a Classes.

Zona geográfica/Quadro domiciliar: Suburbana.

N.º de salas de aulas: 12; N.º de turmas: 36; N.º turnos 3.

N.º de alunos/Sala: 36; Total de alunos: 1.296

Quadro de Pessoal

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo (c)
- 1 1 L 186_ 1 17	Director
2	Subdirector
17	Coordenador
	Chefe de Secretaria
71	Pessoal Docente
8	Pessoal Administrativo
9	Pessoal Auxiliar
9	Pessoal Operário
Total de trabalhadores 118	Committee to the second

Quadro de Pessoal Docente

Grupo de		Categoria/Cargo	Lug	ados	-
Pessoal	Di	rector	7	1	
Direcção	_	bdirector Pedagógico		1	
Dire	<u> </u>	bdirector Administrativo		1	
200	_	ordenador de Turno	2	1	
	Co	ordenador de Curso	12.	-1-71	
	Co	ordenador de Desporto Escolar	-	1	
Chefia	Co	pordenador de Circulos de Interesse		1	
7.18	Co	pordenador Psico-Pedagógico		2	
	C	pordenador de Disciplina	1	12	
	C	hefe de Secretaria	1	1	
oip		rof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do ^o Escalão	1	4 -	
io e Mé	P 2	rof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do .º Escalão	1	W),(-)	1.0
ecundár	F 3	rof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do .º Escalão	1	2	
o do Ensino S Diplomado	1	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão		2	1
olo do E Diplo		Prof. do 11 Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	1	3	1
do II Cic		Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	51.	3.	1
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado		Prof. do Il Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão		3	1
. Ě		Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão		4	1
sino		Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escal		5	+
Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado		Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escala	ao	8	+
I Cick io Dip	•	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escali	ão	9	1
sor do		Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escal.	ão	9	-
Profes		Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escal	ao	10	_
8.74	_	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escal	lão	13	_
nário		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1.º Escalão	1	1.147	-
o Pri		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão			_
Ensi		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	115	1	_
sor do		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão		-	
Professor do Ensino Primário		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5.º Escalão		+-	
		Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 6.º Escalão		-	
e E		Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão		-	
Professor do Ensino Primario		Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão		-	-
onist	har	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 3.º Escalão			
do Er	Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	· · · · ·		
fessor		Prof. do Ens. Prim A	-Contract	Markey was a supple	hi w qu
Pag a	1	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	400	100	7.40
		Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6.º Escalão		+	
				637 Il Luter	5

Quadro de Pessoal Administrativ

ssoal	Categoria/Cargo	La
-	Assessor Principal	Cie
0	Primeiro Assessor	
Pessoal I conico Superior	Assessor	1
al To uperi	Técnico Superior Principal	
Sı	Técnico Superior Principal de 1.ª Classe	
Д.	Técnico Superior Principal de 2.ª Classe	
	Especialista Principal	
- 0	Especialista de 1.º Classe	
Pessoal Técnico	Especialista de 2.º Classe	-
Pe Té	Técnico de 1.º Classe	
	Técnico de 2.º Classe	
	Técnico de 3.ª Classe	7.00
oip	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	
Mé	Técnico Médio Principal de 2.º Classe	Ja
Pessoal Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	
ıl Té	Técnico Médio de 1.ª Classe	50 a
SSSOB	Técnico Médio de 2.ª Classe	
 ~	Técnico Médio de 3.º Classe	
0	Oficial Administrativo Principal	
strati	1.º Oficial Administrativo	
Pessoal Administrativo	2.° Oficial Administrativo	10 ³² F
IAd	3.° Oficial Administrativo	
ssoa	Aspirante	
	Escriturário-Dactilógrafo	- 0
a i	Tesoureiro Principal	
Pessoal	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
. _Б	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	12
	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.º Classe	
	Motorista de Pesados de 2.º Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	a de se
	Motorista de Ligeiros de 1.º Classe	
1	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	
oal	Telefonista Principal	
Pess	Telefonista de 1.º Classe	1.7
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	100
	Auxiliar Administrativo de 1.º Classe	4.1
	Auxiliar Administrativo de 2.º Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal Auxiliar Limpeza de 1.º Classe	
	Auxiliar Limpeza de 2.º Classe	
1	Encarregado	
11	Encarregado Operário Qualificado de 1.ª Classe Operário	Cont.
1 1	Operario Operario	
1	Qualificado de 2 º CI-	t romana a
4 1	Encarregado Operário não Qualificado de 1.º Classe	
	o E = Operário não O	11.
	Operário não Qualificado de 1.º Classe Operário não Qualificado de 2.º Classe	-

ministração do Território, Bornito Sousa Baltazar Diogo. O Ministro da Educação, Pinda Simão.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 247/15 de 17 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente a República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da epública de Angola, e de acordo com as disposições cominadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial .º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado elo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

- 1. São subdelegados ao Director Nacional do Património do Istado, Sílvio Franco Burity, plenos poderes para representar o Ainistério das Finanças, na outorga do Contrato de Prestação e Serviços de Manutenção e Conservação do Complexo Administrativo Clássicos do Talatona, Fase I, com a Empresa G2i Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, Limitada, sita na Via S8, Lote 9C, 1.º andar, Urbanização de alatona, para a manutenção e conservação das instalações lo Complexo Clássicos do Talatona.
 - 2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2015.

O Ministro, Armando Manuel.

Despacho n.º 248/15 de 17 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea a) e d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

- 1. São subdelegados nos termos do artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, ao Secretário Geral do Ministério das Finanças, Américo Miguel da Costa, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura do Contrato de Subscrição para Acesso a Base de Dados Bankscope com a Bureau Van Dijk Electronic Publishing, Limitada, sociedade unipessoal, com sede na Avenida João Crisóstomo, 30-5.º CP. 1050-127, Lisboa, Portugal.
- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a validade e eficácia do Contrato referido estão sujeitas à homologação do Ministro das Finanças.

3. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Julho de 2015.

O Ministro, Armando Manuel.

Despacho n.º 249/15 de 17 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e do n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 44/14, de 25 de Abril, determino:

- 1. É autorizada a desvinculação e alienação do imóvel vinculado, localizado na Rua Conselheiro Aires D'Ornelas, n.º 5-A, r/c e 1.º andar, Bairro Patrice Lumumba, Ingombota, Luanda.
- 2. São subdelegados plenos poderes ao Coordenador da Comissão Multissectorial para Desvinculação e Venda de Imóveis Vinculados (CMDVIV), Sílvio Franco Burity, para em representação deste Ministério outorgar a escritura pública referente ao imóvel descrito no n.º 1.
 - 3. Este Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2015.

O Ministro, Armando Manuel.

Despacho n.º 250/15 de 17 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e do n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 44/14, de 25 de Abril, determino:

- 1. É autorizada a desvinculação e alienação do imóvel vinculado, localizado na Travessa do Kinaxixe, n.º 3 Bairro Patrice Lumumba.
- 2. São subdelegados plenos poderes ao Coordenador da Comissão Multissectorial para Desvinculação e Venda de Imóveis Vinculados (CMDVIV), Sílvio Franco Burity, para em representação deste Ministério, outorgar o Contrato-Promessa de Compra e Venda e a escritura pública referente ao imóvel descrito no n.º 1.

3. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2015.

O Ministro, Armando Manuel.

Despacho n.º 251/15 de 17 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 5/00, de 25 de Agosto, dos n.º 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

- 1. É fixada a subvenção mensal vitalícia de Cristiano Augusto André, ex. Juiz Presidente do Tribunal Supremo, em 80% do salário-base, que corresponde ao montante de Kz: 447.469,40 (quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove kwanzas e quarenta cêntimos).
- 2. O presente Despacho tem efeitos a partir da data de publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Agosto de 2015.

O Ministro, Armando Manuel.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 252/15 de 17 de Agosto

Havendo necessidade de se celebrar o Contrato de Cono e Elaboração do Plano de Apoio à Produção do Milho e R

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presida República, nos termos do artigo 137.º da Constituiça República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Des Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado ca artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezente e alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100 de 9 de Maio, determino:

- 1. São subdelegados ao Director do Gabinete de Estal Planeamento e Estatística, Joaquim Duarte José Goa plenos poderes para representar o Ministério da Agricula na assinatura do Contrato de Concepção e Elaboração Plano de Apoio à Produção do Milho e Trigo, a celebraro a Empresa Austral. Com., Limitada.
 - 2. O presente Despacho entra imediatamente em vigo Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 2015.

O Ministro, Afonso Pedro Canga.